

Plantar voluntariado e colher cidadania: comparação das práticas cidadãs entre voluntários e trabalhadores dos demais setores

Planting volunteerism and reaping citizenship: comparing citizenship practices between volunteers and workers in other sectors

Ewerton Cabral Montenegro^{1*}, ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-9454-5308>; Patrícia Trindade Caldas², ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3495-596X>; Kliver Lamarthine Alves Confessor³, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6972-634X>.

1. Universidade Federal de Campina Grande, Unidade Acadêmica de Administração e Contabilidade, Campina Grande-PB, Paraíba, Brasil. E-mail: ewerton_montenegro@hotmail.com.

2. Universidade Federal de Campina Grande, Unidade Acadêmica de Administração e Contabilidade, Programa de Pós-Graduação em Administração, Campina Grande-PB, Paraíba, Brasil. E-mail: ptcaldaspb@gmail.com.

3. Universidade Federal de Campina Grande, Unidade Acadêmica de Administração e Contabilidade, Programa de Pós-Graduação em Administração, Campina Grande-PB, Paraíba, Brasil. E-mail: kliver.lamarthine@professor.ufcg.edu.br.

Resumo

Embora todos sejam responsáveis por resolver problemáticas coletivas, acredita-se que os voluntários atrelados ao Terceiro Setor tenham maior desempenho cidadão que os não voluntários, mesmo que estes sejam servidores públicos (do Primeiro Setor), que são igualmente próximos às questões sociais. Espera-se ainda, que os não voluntários associados ao setor privado (Segundo Setor) demonstrem um menor desempenho em práticas de cidadania, pela tendência para valores individualistas. Assim, objetiva-se investigar as diferenças de desempenho nas práticas de cidadania entre trabalhadores dos três setores. Optou-se por uma pesquisa quantitativa via *survey*, empregando a estatística descritiva e inferencial para análise dos dados. Os resultados demonstraram que os voluntários têm maior desempenho nas práticas cidadãs do que os não voluntários. Os trabalhadores do setor privado tiveram os piores desempenhos em média. Reconhece-se o voluntariado e o serviço público como atividades de fomento a cidadania, passíveis de investimento quando o foco for a formação de cidadania.

Palavras-chave: práticas de cidadania; voluntariado; setor público; setor privado; terceiro setor.

Abstract

Although everyone is responsible for solving collective problems, volunteers in the Third Sector are believed to perform better as citizens than non-volunteers, even if they are public servants (First Sector), who are equally close to social issues. It is also expected that non-volunteers associated with the private sector (Second Sector) demonstrate a lower performance in citizenship practices, due to their tendency towards individualistic values. Thus, the objective is to investigate the differences in performance in citizenship practices among workers in the three sectors. A quantitative survey was chosen, using descriptive and inferential statistics for data analysis. The results showed that volunteers perform better in citizenship practices than non-volunteers. Workers in the private sector performed the worst on average. Volunteering and public service are recognised as activities that promote citizenship, subject to investment and promotion when the focus is on citizenship formation.

Keywords: citizenship practices; volunteering; public sector; private sector; third sector.

Citação: Montenegro, E. C., Caldas, P. T., & Confessor, K. L. A. (2025). Plantar voluntariado e colher cidadania: comparação das práticas cidadãs entre voluntários e trabalhadores dos demais setores. *Gestão & Regionalidade*, v.42, e20269921. <https://doi.org/10.13037/gr.vol42.e20269921>

Contribuições dos autores: 1. Redação, Coleta de dados e Análise de dados; 2. Design da Pesquisa, Redação, Revisão; 3. Análise de dados e Revisão.

Financiamento: Fapesq-PB. Edital nº 010/2021 FAPESQPB – MCTIC/CNP, Programa de Infraestrutura Para Jovens Pesquisadores/ Programa Primeiros Projetos – PPP, Termo de Outorga Nº 3219/2021.

Agradecimentos: À UFCG e à Fapesq-PB.



1 Introdução

O trabalho voluntário é uma atividade produtiva, não remunerada financeiramente, de livre-arbítrio e repleta de significados, motivações e que repercute de forma geral junto à sociedade civil, especialmente aquele vinculado às organizações de finalidade social, de interesse público e não lucrativa ou, como são chamadas no Brasil, as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) (Nacacche, Carmo & Souza, 2021).

No Brasil e no mundo, o voluntariado evolui e inova nas maneiras de atuar e ajudar a resolver problemas sociais, reunindo esforços, dedicação e ocupando diferentes espaços na sociedade. Vinculados ao número crescente de OSCs (IPEA, 2018), em diversificados segmentos de atuação e sendo regulamentados para orientar melhor sua atividade (Brasil, 2014; Caldas, 2020), os voluntários atuam para além da correção de deficiências dos serviços públicos, envolvendo-se na resolução de problemas complexos, em temas sensíveis de conflito de interesses e sustentam em muitos países, como no Brasil, o funcionamento do Terceiro Setor. Geram oportunidades para os indivíduos exercerem um papel ativo e cidadão, ajudando grupos de pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica a ter voz e a superar os desafios cotidianos.

Não é difícil visualizar o papel do voluntariado no dia a dia, principalmente em situações como ocorreram recentemente na tragédia envolvendo as cidades do Rio Grande do Sul, no Brasil, em maio de 2024 (Portal G1, 2024; Rio Grande do Sul, 2024). Após fortes precipitações pluviométricas, inundações, deslizamentos de terra e severos danos à infraestrutura local, centenas de voluntários e OSCs mobilizaram-se para prestar assistência às comunidades afetadas. O voluntariado não apenas oferece apoio prático imediato, mas também demonstra a solidariedade e o exercício da cidadania, promovendo a coesão social e reconstrução das áreas atingidas.

Considerando o exposto, o Terceiro Setor, as OSCs e o trabalho voluntário são percebidos como terrenos férteis para o fomento da cidadania. Entende-se por cidadania o envolvimento dos indivíduos com a criação e a manutenção das suas comunidades, abrangendo um conjunto de direitos e deveres derivados da localidade de origem e que lhes permitem colaborar com o coletivo (Caldas e Cavalcante, 2023). Espera-se que todo indivíduo se preocupe com questões do seu entorno: para além dos direitos e dos deveres políticos que decorrem do status de eleitor. Portanto, o objetivo é que os indivíduos construam seus coletivos a partir de uma cidadania que não apenas reconheça desigualdades, mas que também os habilite a transformarem ativamente suas realidades, em direção a uma sociedade que possa ser justa e equitativa (Pires, 2025).

Nessa perspectiva, a ação cidadã pode ser desenvolvida e fomentada por instituições, mas também a nível individual. Segundo Caldas e Cavalcante (2023), a cidadania é um construto complexo, multidimensional e volátil no tempo e no espaço, influenciado por várias instâncias e tipos de participação, mas que a nível individual pode ser exercida a partir de práticas classificadas em quatro âmbitos: 1) civil, possibilitando a vida em sociedade; 2) político, assegurando a participação no governo da sociedade; 3) social, garantindo a justiça social e; 4) ambiental, apoiando lutas contemporâneas e a sustentabilidade do meio.

Qualquer indivíduo pode exercer a cidadania no seu cotidiano. No entanto, devido à expansão das atividades voluntárias e ao papel crescente do voluntariado na sociedade, este estudo parte da premissa de que os voluntários do Terceiro Setor apresentam um maior desempenho cidadão, em nível individual, do que os não voluntários. Mesmo servidores públicos (do Primeiro Setor), que também lidam com questões sociais e coletivas, podem ter um desempenho inferior nesse aspecto.



Diante do exposto, o objetivo desta pesquisa é investigar as diferenças de desempenho nas práticas de cidadania desenvolvidas por voluntários e não voluntários. Para tanto, optou-se por uma pesquisa quantitativa e descritiva via *survey* com voluntários vinculados ao Terceiro Setor e não voluntários trabalhadores do Primeiro e Segundo Setor. Para a análise dos dados, empregou-se a estatística descritiva e teste de Mann-Whitney.

A realização desse trabalho justifica-se uma vez que, embora a relação do voluntariado com a cidadania já ter sido abordada em alguns estudos como os de De Bie e Roose (2016), Ferraz et al. (2021) e Caldas (2020), ainda se observa que essa relação nem sempre é linear e que, dependendo da forma como o voluntariado é praticado, pode não promover uma cidadania ativa, limitando-se a uma participação mais passiva. (Dagnino, 2006; Bezjak e Klemenčič, 2014). Ferraz, Cavalcante, Mendonça e Caldas (2024) e Caldas (2020) não encontraram muitos estudos que comprovem quantitativamente a relação de voluntariado e cidadania, apontando a lacuna investigada por este estudo. É importante compreender a dimensão cidadã atrelada ao voluntariado para que possam ser reconhecidos e fomentados.

2 Fundamentação Teórica

2.1 Cidadania

O conceito de cidadania vem sendo formado ao longo do tempo, e para cada modelo democrático ou de sociedade, existe um cidadão ideal concebido, ou seja, um sujeito que adota um conjunto de valores e práticas específicas que são considerados positivos para aquele modelo de sociedade (Rosa, Lima e Cavalcanti, 2023). Para Guarinello (2016), a essência da cidadania tem um caráter público, impessoal e trata-se de um espaço privilegiado para que a ação coletiva construa projetos para o futuro.

Marshall (1967), referência clássica do tema, estabelece o conceito de cidadania a partir da igualdade jurídica, afirmando que o envolvimento do indivíduo nas questões da comunidade se baseia na igualdade de direitos e deveres de cidadania vinculados a três conteúdos: civil, político e social. O âmbito civil diz respeito aos direitos e obrigações inerentes à liberdade individual, abrangendo a liberdade de expressão, o direito de ir e vir e de pensamento. O aspecto político contempla os direitos e os deveres envolvidos na participação da vida política de forma democrática, através do voto, sendo um eleitor, via e-cidadania e outras formas de participação. Por fim, a esfera social remete à dignidade, ao bem-estar social e econômico e à segurança. Envolve direitos e deveres relacionados à educação, saúde, lazer, trabalho, dentre outros.

Para análise da cidadania, Caldas e Cavalcante (2023) desenvolveram uma escala para mensurar práticas de cidadania com base nos avanços da Teoria Marshalliana e com o foco nas ações dos indivíduos do dia a dia. Considerando a literatura nacional e estrangeira e as percepções de especialistas, delimitaram quatro dimensões, tanto os clássicos âmbitos (civil, político, social), como incluíram uma quarta esfera, denominada de ‘ambiental’ (ver definições no Quadro 1).

Quadro 1

Dimensões das práticas de cidadania

DIMENSÃO	DESCRIÇÃO
Práticas civis (PC)	Representam o envolvimento dos indivíduos em prol de relações civilizadas e da liberdade individual, necessárias à vida em sociedade.
Práticas políticas (PP)	Demonstram a participação dos indivíduos no exercício do poder político ou no governo da sociedade.
Práticas sociais (PS)	Focam a justiça social e os direitos e deveres que dão condições mínimas de segurança e bem-estar, principalmente aos desafortunados e oprimidos.
Práticas ambientais (PA)	Demonstram a participação dos indivíduos em prol do desenvolvimento sustentável e preocupação com o meio ambiente.

Fonte: Caldas e Cavalcante (2023)

Embora seja um desafio para governos fomentarem a cidadania em seus territórios, visto o baixo nível de participação ativa e a dificuldade de acesso a direitos básicos e ao bem-estar coletivo, principalmente em países com demandas sociais heterogêneas como se caracteriza o Brasil (Fialho Botelho e Costa, 2025), o voluntariado tem sido reconhecido por seu potencial de desenvolvimento da cidadania por promover oportunidades de efetivação de práticas ativas de envolvimento com a comunidade, apoiando ações públicas e privadas voltadas para o bem-estar coletivo (Caldas e Cavalcante, 2025). O próximo tópico esclarece melhor o fomento da cidadania pelos três setores.

2.2 A prática da cidadania pelos três setores: delineamento das hipóteses de pesquisa

A análise das práticas de cidadania pelos indivíduos em uma localidade é complexa e de difícil operacionalização, dada a complexidade e multidimensionalidade envolvida (Caldas e Cavalcante, 2023). Embora o voluntariado exercido no Terceiro Setor seja propício ao fomento da cidadania, observa-se que mesmo quem não o pratica tem semelhantes obrigações e possibilidades de participação cidadã.

De fato, o voluntariado no Terceiro Setor está próximo às problemáticas sociais, desenvolvendo habilidades civis, políticas, sociais e ambientais ao tempo que ajuda as pessoas e os contextos em vulnerabilidade social. Contudo, Koolen-Maas et al. (2023) afirmam que há uma crescente preocupação acerca da sustentabilidade do voluntariado para as necessidades futuras, influenciadas por profundas mudanças que a atividade vem passando em relação a sua natureza e motivações, além do aumento da concorrência, da profissionalização e escassez de voluntários para atender as demandas sociais atuais. Dependendo de como seja percebido e utilizado, o voluntariado também pode fomentar uma cidadania mais passiva (Dominelli, 2016) e envolver motivações mais egoístas e particulares (Cavalcante, 2016). Nesse último caso, se afastaria do construto de cidadania, que tem características universais e coletivistas.

Por outro lado, as crises ambientais, o movimento de Responsabilidade Socioambiental, com a valorização de práticas como a ESG (*Environmental, Social, and Corporate Governance*) e o voluntariado corporativo estão deixando as relações mais próximas entre o Terceiro Setor com os demais setores, forçando o Primeiro e o Segundo Setor a desempenharem

papéis sociais para além de suas obrigações formais. A responsabilidade social e ambiental que desafia as organizações públicas e privadas a olharem para além de objetivos organizacionais, mercadológicos ou com finalidades lucrativas já traz práticas empíricas que embutem valores filantrópicos e cidadãos nos ambientes organizacionais. Conforme Silva Filho et al. (2025), a responsabilidade social é estratégica para as organizações, capaz de contribuir para a perenidade do negócio. De acordo com seu estudo, dentre as 30 maiores empresas do Brasil, vinte possuem fundações ou institutos próprios e em valores nominais, os investimentos mitigatórios, obrigatórios e voluntários das empresas e suas fundações superaram R\$ 1 bilhão em 2020, desconsiderando os recursos destinados ao combate da Covid-19. Contudo, alerta-se para o mascaramento de dados, cujas empresas podem utilizar o “greenwashing” de forma inadequada, divulgando apenas os dados que consideram mais relevantes, mascarando seu baixo desempenho geral em ESG, haja vista que não existe um padrão único para divulgação dessas informações e nem a sua obrigatoriedade.

Para investigar as diferenças de desempenho nas práticas cidadãs desenvolvidas por voluntários e não voluntários, algumas hipóteses são levantadas. Primeiramente:

H1: O desempenho nas práticas de cidadania é diferente entre os voluntários e não voluntários.

A H1 leva em consideração que um maior desempenho cidadão por parte dos voluntários ocorre pelo motivo da atividade propiciar-lhes oportunidades para colaborarem com a construção de soluções coletivas de promoção de bem-estar social. Ferraz et al. (2021; 2024) constatou que há uma sobreposição das atitudes cidadãs dos voluntários sobre os não voluntários, assim como uma relação positiva entre motivação altruísta (de caráter mais universal e coletivo) e as atitudes em prol dos direitos sociais, políticos e civis. Caldas e Cavalcante (2025), também encontram sobreposição do desempenho cidadão de voluntários em relação a não voluntários, em todas as dimensões da cidadania. Para Parejo et al. (2021), as organizações voluntárias são vistas, cada vez mais, como locais em que a cidadania pode estar presente.

Da H1 refletem-se outras inquietações acerca da relação entre cidadania e voluntariado. Se a justificativa é pela natureza do trabalho no Terceiro Setor, que foca em serviços ou produtos sociais que promovem o bem-estar da sociedade, pode-se também pensar que tanto os voluntários quanto os servidores públicos (não voluntários), vinculados ao Primeiro Setor, poderiam ter desempenho cidadão semelhante, já que ambos servem a sociedade e são responsáveis por atividades sociais voltadas ao bem-estar coletivo. Assim, tem-se uma segunda hipótese:

H2: O desempenho nas práticas de cidadania é diferente entre os voluntários e entre os não voluntários servidores públicos.

Segundo Ariete (2022), há uma similaridade de perfil dos indivíduos que atuam no Primeiro e no Terceiro Setor, uma vez que há convergência no direcionamento quanto aos objetivos sociais focados por esses setores. Ambos propõem uma atuação voltada ao desenvolvimento de ações de interesse coletivo e têm fins não lucrativos.

Como diferenças, observa-se que o Terceiro Setor tem natureza jurídica privada e suas ações devem ser concebidas com recursos próprios por meio da participação livre e voluntária de indivíduos (Salamon; Solokolowski, 2016). O Primeiro Setor, por sua vez, se diferencia pelo Estado ser enquadrado em um arcabouço legal que limita e regula sua atuação, com obrigações

em atender demandas públicas (mais amplas, de toda uma sociedade). No caso do Terceiro Setor, este visa o atendimento de necessidades coletivas (grupais) que, em muitas vezes, podem ser públicas (Coelho, 2009). Markioni et al. (2022) alertam que o Terceiro Setor deve ser visto como um âmbito específico e distinto do setor público, visto que a esfera comunitária deve ter autonomia frente aos órgãos estatais e às empresas privadas e representar a força do associativismo.

Embora sejam diferentes, as parcerias e relações entre Primeiro e Terceiro Setor são recorrentes. É possível observar, por exemplo, a prática do voluntariado no serviço público, compartilhando objetivos sociais e reconhecendo a interdependência entre os setores (Ariete, 2022). No Brasil, há regulamentação efetivada pelo Governo Federal acerca das parcerias entre a administração pública e as OSCs (BRASIL, 1998; 1999 e 2014), além da adoção de medidas como o Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado - PNIV, que visa o fortalecimento das OSCs para a promoção de atividades relacionadas ao voluntariado e o fomento à prática por parte de servidores públicos (BRASIL, 2019).

Outros estudos no setor público, como o de Ariza-Montes et al. (2015) afirma que os funcionários do setor público são quase duas vezes mais propensos a dedicar tempo em atividades sociais e voluntárias comparados a trabalhadores da iniciativa privada. Lee e Jeong (2015), por sua vez, constataram que esse público pode escolher se voluntariar pelo forte desejo de influenciar o processo e os resultados das políticas públicas. O contexto mais propício traz sentido às ações que visam fomentar essa iniciativa (do voluntariado) nos órgãos públicos (Rotolo; Wilson, 2016).

Por fim, uma terceira hipótese é levantada, envolvendo o Segundo Setor (Mercado Privado):

H3: O desempenho nas práticas de cidadania entre os voluntários e não voluntários servidores públicos é diferente dos não voluntários atuantes na iniciativa privada.

Observa-se que, embora a crescente ênfase na responsabilidade socioambiental e no voluntariado dentro do contexto corporativo reflita a pressão contínua exercida pelo ambiente empresarial por uma postura mais socialmente responsável (Rodell et al., 2017), outros movimentos contemporâneos como a competição, a fragmentação e a flexibilização do trabalho, e consequente distanciamento das relações humanas e presenciais no trabalho, fazem autores clássicos como Sennet (2009), se preocupar com a corrosão do caráter no novo capitalismo, em que as organizações modernas podem desvirtuar o sentido de “organização” que deveria indicar mais uma comunidade do que se voltar ao individualismo (indo na contramão da cidadania).

Bauman (2011), outro pensador clássico, reflete as relações no mundo capitalista e observa o comportamento humano orientado para o viés econômico, envolvido em relações sociais superficiais, egoístas, interesseiras e individuais que, ao contrário de unir, divide. Tais comportamentos são comuns em ambientes corporativos da iniciativa privada, principalmente em culturas ocidentais, cuja falta de tempo, a exacerbada busca por competição, independência, por resultados e sucesso pessoal, além da desvirtualização de valores agem como forças de influência negativa para as práticas voltadas ao coletivo.

Para Rotolo e Wilson (2016), no setor privado, determinados fatores podem atuar como obstáculos às práticas voltadas para o social, como as restrições de tempo, metas de desempenho individuais e uma cultura organizacional que não valoriza ou incentiva o voluntariado. Ianni, Costa, Travagin e Serra (2022) complementam, refletindo que o trabalho uberizado, domiciliado, autossustentado e autoproduzido conduzem a uma nova modalidade da atividade

produtiva, mais individualizada e individualizadora. Lee (2012) complementa que, existem evidências empíricas que sugerem que funcionários públicos e funcionários de organizações sem fins lucrativos são mais propensos a doar seu tempo para a caridade em comparação com empregados que atuam na iniciativa privada, pois apresentam maior motivação por recompensas intrínsecas.

3 Procedimentos Metodológicos

Metodologicamente, optou-se pela realização de uma pesquisa exploratória-descritiva e quantitativa por possibilitar explorar um problema e, assim, fornecer informações para uma investigação mais precisa. Dentre as técnicas, utilizou-se uma *survey* com 164 sujeitos de pesquisa, distribuídos conforme a Tabela 1:

Tabela 1

Classificação e distribuição dos sujeitos

Classificação	Voluntários	Não Voluntários
Pertencentes ao 1º Setor	07	31
Pertencentes ao 2º Setor	17	47
Autônomos	6	23
Do lar	1	4
Aposentados	2	1
Estudantes	5	20
Total	38	126

Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

Os sujeitos desta pesquisa são maiores de 18 anos, considerados aptos ao trabalho e a desenvolver conscientemente práticas de cidadania. O período de coleta de dados foi de fevereiro a abril de 2024 via *Google Forms*. O instrumento de coleta de dados baseou-se na escala de Práticas de Cidadania (Caldas e Cavalcante, 2023), que abrange 17 assertivas classificadas em 4 dimensões: civil, política, social e ambiental. Utilizou-se ainda a escala de *Likert* de 11 pontos, indo do 0 (nunca realizo essa prática) a 10 (sempre realizo essa prática).

Para as análises, optou-se pelo uso da estatística descritiva e teste não paramétrico inferencial para amostras independentes – o teste Mann-Whitney U, indicado após o teste de normalidade. O software SPSS auxiliou nos cálculos e análises. Para melhorar a visualização dos resultados das médias das Práticas de Cidadania, utilizaram-se os parâmetros elaborados por Caldas (2020): medidas até 3,9 indicam intensidade baixa da prática (coloridos em **vermelho**), de 4,0 até 6,9 indicam intensidade baixa-moderada (coloridos em **amarelo**), de 7,0 até 9,9 indicam intensidade moderada-alta (coloridos em **verde**) e acima de 10 representam intensidade muito elevada (coloridos em **azul**). Essa classificação foi fundamentada no paradigma de avaliação educacional brasileiro, que adota uma escala de notas variando de 0 a 10, uma estrutura familiar aos participantes da pesquisa. Esta escala foi então adaptada para uma escala de 1 a 11 para análise estatística.

4 Resultados e Discussão

A primeira hipótese a ser testada questiona se o desempenho nas práticas de cidadania é diferente entre os voluntários e não voluntários. A Tabela 2 exibe as estatísticas para o grupo de 38 voluntários. O desempenho nas práticas de cidadania destes apresentou uma média geral de $\bar{x} = 5,324$, de intensidade baixa-moderada. Por dimensão, destaque para as práticas ambientais com a maior média ($\bar{x} = 6,781$), demonstrando que os voluntários tendem a se preocupar mais com questões coletivas relacionadas à preservação do meio ambiente. Em contrapartida, as práticas de cidadania políticas apontam que os voluntários tendem a ter baixo desempenho em ações de participação no governo da sociedade.

Entre as variáveis, PC4 apresenta o desempenho cidadão mais alto ($\bar{x} = 8,00$) indicando que os voluntários da amostra tendem a se organizar e se associar para resolver questões além da arena individual, sendo esse comportamento ideal para solucionar problemáticas sociais mais complexas. Por outro lado, a prática com menor média é a PP1 ($\bar{x}=3,000$), que trata de ações de participação que possam influenciar políticos ou representantes, como protestos, manifestos, audiências públicas, conselhos, etc. Essa prática de cidadania exige um maior esforço coletivo, não sendo muito convidativa para a amostra.

Esse comportamento cidadão de intensidade baixa-moderada na dimensão política também foi encontrado por Caldas (2020), resultado alinhado às discussões sobre a passividade histórica do brasileiro (Avritzer, 2010; Carvalho, 2016), herança de um processo colonizador e de desenvolvimento de cidadania pouco encorajadora e passiva. Nota-se, ainda, que a amostra de voluntários é bem heterogênea, com presença de variância em torno da média (chegando a 14) e similar comportamento no que tange ao desvio-padrão (entre 2,2 e 3,8), indicando variedade de respostas.

Tabela 2

Estatística descritiva – Voluntários

Dimensões	Variáveis	Média	Desvio Padrão	Variância	Assimetria	Mediana	Coef. Variação
Voluntários (N=38); Práticas de Cidadania					$\bar{x}=5,324$		
Práticas Cívicas (PC) $\bar{x} = 5,695$	PC2	3,789	3,542	12,549	0,472	3,000	93,48%
	PC3	5,868	3,289	10,820	-0,392	6,000	56,05%
	PC4	8,000	2,371	5,622	-1,528	8,500	29,64%
	PD2C	5,632	3,605	12,996	-0,268	6,000	64,01%
	PD9C	5,184	3,593	12,911	-0,070	5,000	69,31%
Práticas Políticas (PP) $\bar{x} = 3,553$	PP1	3,000	3,587	12,865	0,798	1,500	119,56%
	PP2	3,474	3,570	12,743	0,597	3,000	102,76%
	PP4	3,421	3,576	12,791	0,537	2,000	104,54%
	PP5	4,316	3,814	14,546	0,240	4,000	88,37%
Práticas Sociais (PS) $\bar{x} = 5,495$	PS1	7,368	2,936	8,617	-0,945	8,000	39,84%
	PS2	4,447	3,539	12,524	0,211	4,500	79,57%
	PS3	6,237	3,467	12,023	-0,494	6,500	55,60%
	PS5	4,711	3,594	12,914	0,186	4,500	76,29%
	PS7	4,711	3,196	10,211	-0,100	5,000	67,84%
Práticas Ambientais (PA) $\bar{x} = 6,781$	PD5A	7,289	2,205	4,860	-0,261	7,500	30,24%
	PD6A	7,237	2,307	5,321	-1,045	8,000	31,87%

PD7A	5,816	3,178	10,100	-0,377	5,500	54,65%
------	-------	-------	--------	--------	-------	--------

Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

Para o grupo dos 126 não voluntários (ver Tabela 3), observa-se que há um desempenho cidadão inferior (predominância de práticas de intensidade baixa) quando comparados às médias dos voluntários. A média geral para as práticas de cidadania dos não voluntários apresentou um desempenho baixo de $\bar{x} = 3,624$. O comportamento inferior de desempenho cidadão também é observado em relação às médias por dimensão.

Na ordenação hierárquica das médias por dimensão, novamente as práticas ambientais se sobressaem como as mais altas ($\bar{x} = 5,556$) e as práticas políticas como o desempenho médio mais baixo ($\bar{x} = 2,276$). Dentre as variáveis, destaque positivo para PD6A, com maior média ($\bar{x} = 6,119$), o que retrata o desenvolvimento de práticas de consumo consciente, como comprar apenas o necessário, preferir produtos recicláveis ou sem utilização de mão de obra escrava, por exemplo. A variável com menor média na amostra dos não voluntários foi, novamente, PP1, que também apresentou o menor desempenho entre os voluntários. Segundo Carvalho (2016) e Andrade et al. (2012), os brasileiros apresentam certa deficiência na formação de habilidades políticas, influenciados pelo processo histórico de passividade, desconhecimento de formas de participação política, fases de opressão e de ditadura que suprimiram direitos políticos. O grupo dos não voluntários também exibiu um elevado grau de variabilidade e dispersão, evidenciado pelos valores do desvio padrão, variância e coeficiente de variação na Tabela 3.

Tabela 3

Estatística descritiva – Não Voluntários

Dimensões	Variáveis	Média	Desvio Padrão	Variância	Assimetria	Mediana	Coef. Variação
Não Voluntários (N=126); Práticas de Cidadania					$\bar{x} = 3,624$		
Práticas Cívicas (PC) $\bar{x} = 3,784$	PC2	2,119	2,767	7,658	1,101	1,000	130,59%
	PC3	4,659	3,385	11,459	0,072	5,000	72,66%
	PC4	5,103	3,147	9,901	-0,189	5,000	61,66%
	PD2C	3,175	3,049	9,297	0,642	3,000	96,05%
	PD9C	3,865	3,323	11,046	0,325	4,000	85,99%
Práticas Políticas (PP) $\bar{x} = 2,276$	PP1	1,635	2,455	6,026	1,506	0,000	150,14%
	PP2	2,571	2,930	8,583	0,973	1,000	113,93%
	PP4	2,008	2,697	7,272	1,148	5,000	134,30%
	PP5	2,889	3,255	10,596	0,795	2,000	112,68%
Práticas Sociais (PS) $\bar{x} = 3,384$	PS1	3,460	3,053	9,322	0,547	3,000	88,24%
	PS2	3,159	3,186	10,151	0,616	2,000	100,86%
	PS3	3,897	3,237	10,477	0,350	4,000	83,06%
	PS5	3,357	3,128	9,783	0,517	2,000	93,17%
	PS7	3,048	3,062	9,374	0,612	2,000	100,46%
Práticas Ambientais (PA) $\bar{x} = 5,556$	PD5A	5,889	2,781	7,732	-0,360	6,000	47,22%
	PD6A	6,119	2,610	6,810	-0,311	6,500	42,65%
	PD7A	4,659	3,109	9,667	0,105	5,000	66,74%

Fonte: Dados da Pesquisa (2024)



Comparando as medidas das Tabelas 2 e 3, percebe-se que o engajamento cidadão dos voluntários é superior ($\bar{x} = 5,32$), em média, do que os não voluntários $\bar{x} = 3,62$). Esse comportamento de superioridade em média permanece quando analisam-se todas as dimensões das práticas de cidadania, tendo os voluntários engajamento de intensidade moderada a alta.

Para verificar a diferença entre os grupos, foi realizado o teste de Mann-Whitney U (ver Figura 1). O resultado do teste revelou um valor de $p < 0,001$, indicando uma diferença significativa no desempenho em práticas de cidadania entre os grupos analisados, com os voluntários apresentando um desempenho superior em média.

Tabela 4

Resumo de Teste de Hipótese (H1)

Hipótese Nula	Teste	p-valor	Decisão
A distribuição de Cidadania é a mesma entre os voluntários e não voluntários	Teste de U de Mann-Whitney de amostras independentes	0,000*	Rejeitar a hipótese nula

* Nível de significância de 0,05

Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

Esses achados confirmam a hipótese H1 e estão alinhados com estudos como os de Caldas (2020) e Amorim (2018), que também identificaram uma maior prática de cidadania entre voluntários e não voluntários. Carballal (2009) corroborou esses achados ao destacar a influência do voluntariado na promoção da cidadania ativa.

No entanto, é importante notar que a relação entre o voluntariado e a cidadania não é sempre linear. Conforme De Bie e Roose (2016) e Ferraz et al. (2021), o impacto na cidadania pode variar dependendo do contexto e da natureza do voluntariado. Dagnino (2006) e Bezjak e Klemenčič (2014) destacam que formas passivas de voluntariado podem limitar os efeitos sobre a cidadania ativa. Mas Flanagan et al. (2020) enfatizam que a participação em atividades voluntárias está associada a diferenças nas práticas cívicas, especialmente entre os adolescentes.

Passa-se agora para investigar H2, comparando os dados dos voluntários (N= 38) com os dos não voluntários servidores públicos (N=31). A análise dos dados dos voluntários na Tabela 2 revelou uma média nas práticas de cidadania de $\bar{x} = 5,324$, com predominância de ações de intensidade baixa à moderada. No caso dos não voluntários servidores públicos (ver Tabela 5), observa-se que a média das práticas de cidadania foi de $\bar{x} = 4,023$, também classificada como de intensidade moderada, mas um valor um pouco abaixo do encontrado no grupo dos voluntários.

Tabela 5

Estatística descritiva – Não Voluntários Servidores Públicos

Dimensões	Variáveis	Média	Desvio Padrão	Variância	Assimetria	Mediana	Coef. Variação
Não Voluntários Servidores Públicos (N=31); Práticas de Cidadania						$\bar{x}=4,023$	
Práticas Cívicas (PC) $\bar{y}=3,845$	PC2	2,065	2,874	8,262	1,317	1,000	139,23%
	PC3	5,129	2,825	7,983	-0,425	5,000	55,09%

	PC4	4,548	2,631	6,923	-0,598	5,000	57,85%
	PD2C	3,226	2,642	6,981	-0,076	4,000	81,90%
	PD9C	4,258	3,255	10,598	0,144	5,000	76,45%
Práticas Políticas (PP) $\bar{x} = 2,919$	PP1	2,161	2,162	4,673	0,667	2,000	100,02%
	PP2	3,710	3,068	9,413	0,367	4,000	82,70%
	PP4	2,355	2,739	7,503	0,766	1,000	116,32%
	PP5	3,452	3,375	11,389	0,505	3,000	97,77%
	PS1	3,161	2,758	7,606	0,554	3,000	87,24%
Práticas Sociais (PS) $\bar{x} = 3,961$	PS2	4,258	3,376	11,398	0,101	4,000	79,29%
	PS3	4,387	2,985	8,912	0,176	5,000	68,05%
	PS5	4,452	2,873	8,256	-0,154	5,000	64,55%
	PS7	3,548	2,942	8,656	0,284	3,000	82,91%
Práticas Ambientais (PA) $\bar{x} = 5,892$	PD5A	6,290	2,148	4,613	-0,102	6,000	34,14%
	PD6A	6,258	2,476	6,131	-0,472	7,000	39,57%
	PD7A	5,129	3,253	10,583	-0,073	5,000	63,43%

Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

Na análise por dimensão das práticas de cidadania, observa-se que todas as médias estão inferiores às dos voluntários, equilibrando as de intensidade baixa e as de baixa-moderada. Inclusive a dimensão política, onde se esperava que os servidores públicos estivessem mais próximos que os demais trabalhadores, também apresenta um desempenho cidadão inferior em relação às demais esferas da cidadania, com $\bar{x} = 2,919$, de intensidade de desempenho baixo. Novamente, a dimensão das práticas de cidadania de cunho ambiental é a que apresenta maior média ($\bar{x} = 5,892$).

Em relação às variáveis, destaque para PD5A e PD6A, com as maiores médias $\bar{x} = 6,290$ e $\bar{x} = 6,258$). Essas variáveis referem-se à esfera ambiental, sendo PD5A alusiva à reutilização, reaproveitamento e reciclagem e, PD6A atrelada às ações relacionadas ao consumo consciente, ambas importantes para a preservação dos recursos naturais. A variável com a menor média ($\bar{x} = 2,065$) foi PC2 que indica ações voltadas para a mudança de leis consideradas injustas, no âmbito civil da cidadania. Nesse caso, é possível que o desconhecimento, o descrédito, a distância ou a falta de acesso a meios legais ou espaços adequados para a implementação dessa prática influenciem a baixa pontuação observada.

É fundamental ressaltar que os resultados obtidos para os servidores públicos não voluntários também demonstraram um alto grau de variabilidade e dispersão (ver medidas de dispersão na Tabela 4). Observou-se que a média das variáveis Práticas Cívicas (PC3), Práticas Políticas (PP1), Práticas Sociais (PS1 e PS2), Práticas Ambientais (PD5A e PD7A) aproximou-se dos resultados da mediana. Como a média e a mediana são medidas de tendência central, esse fato indica que a distribuição dos resultados está efetivamente centrada na média. Segue-se para o teste de hipóteses para verificação se essa diferença é significativa (ver Tabela 6).

Tabela 6*Resumo de Teste de Hipótese (H2)*

Hipótese Nula	Teste	p-valor	Decisão
A distribuição de Pcidadania é a mesma entre os voluntários e os não voluntários servidores públicos.	Teste de kruskal-wallis de amostras independentes.	0,000*	Rejeitar a hipótese nula

* Nível de significância de 0,05

Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

O teste de hipótese para H2 revela que o valor de p é inferior ao nível de significância de 0,05 para o construto Práticas de Cidadania (Pcidadania). Nesse sentido, há a rejeição da hipótese nula e a aceitação da hipótese H2: há diferença de desempenho nas práticas cidadãs entre voluntários e servidores públicos não voluntários, com os primeiros apresentando médias superiores.

Conforme Ribeiro (2018), embora estudos anteriores sugiram que servidores públicos tenham uma visão mais ampla de seu papel social e maior conscientização sobre as necessidades da comunidade em comparação aos não voluntários, é importante considerar que eles enfrentam desafios como conflitos de interesse e exigências adicionais de tempo e esforço. Para Neto e Fernandes (2010), essas diferenças se refletem na flexibilidade dos voluntários para escolher suas atividades e horários, em contraste com as responsabilidades e obrigações regulamentadas dos servidores públicos, cujas funções são definidas por regulamentos governamentais.

Apesar de ambos os grupos contribuírem para o bem-estar da sociedade, os voluntários frequentemente complementam os esforços do governo e das agências públicas, oferecendo serviços e apoio adicionais, enquanto os servidores públicos desempenham papéis definidos dentro da estrutura estatal, implementando políticas públicas, prestando serviços governamentais e garantindo o cumprimento das leis e regulamentos.

Dando continuidade à análise, compara-se, a seguir, os dados de um novo grupo (N=69; Tabela 7), composto por voluntários (N=38) e servidores públicos não voluntários (N=31), com os dados de não voluntários atuantes no setor privado (N=70; Tabela 8), com o objetivo de investigar H3.

Em relação ao novo grupo formado (voluntários e servidores públicos não voluntários; N=69), o desempenho médio nas práticas de cidadania é de $\bar{x} = 4,673$. Como ambos os grupos já foram analisados individualmente, resume-se: a dimensão com o maior desempenho médio continua sendo a ambiental ($\bar{x}=6,337$), enquanto a de menor desempenho é a política ($\bar{x}=3,236$). O item com maior média foi PD5A ($\bar{x}=6,790$), que trata de práticas de reciclagem e aproveitamento de recursos, e a menor média foi de PP1 ($\bar{x}=2,581$), sobre participação em ações de mobilização política. Esses resultados podem sinalizar que, embora os participantes desse grupo mostrem um engajamento com práticas ambientais, ainda há um espaço significativo para promover maior participação em ações políticas e sociais mais amplas, especialmente considerando a importância destas no fortalecimento da cidadania ativa.



Tabela 7

Estatística descritiva – Voluntários Não Voluntários Servidores Públicos

Dimensões	Variáveis	Média	Desvio Padrão	Variância	Assimetria	Mediana	Coef. Variação
Voluntários e Não Voluntários Servidores Públicos (N=69); Práticas de Cidadania $\bar{x}=4,673$							
Práticas Cívicas (PC) $\bar{x}= 4,770$	PC2	2,927	3,208	10,406	0,895	2,000	109,62%
	PC3	5,499	3,057	9,401	-0,408	5,500	55,60%
	PC4	6,274	2,501	6,272	-1,063	6,750	39,86%
	PD2C	4,429	3,124	9,988	-0,172	5,000	70,53%
	PD9C	4,721	3,424	11,754	0,037	5,000	72,53%
Práticas Políticas (PP) $\bar{x}= 3,236$	PP1	2,581	2,874	8,769	0,732	1,750	111,38%
	PP2	3,592	3,319	11,078	0,482	3,500	92,40%
	PP4	2,888	3,158	10,147	0,652	1,500	109,35%
	PP5	3,884	3,594	12,968	0,372	3,500	92,55%
Práticas Sociais (PS) $\bar{x}= 4,728$	PS1	5,265	2,847	8,112	-0,195	5,500	54,07%
	PS2	4,353	3,458	11,961	0,156	4,250	79,43%
	PS3	5,312	3,226	10,468	-0,159	5,750	60,74%
	PS5	4,581	3,233	10,585	0,016	4,750	70,58%
	PS7	4,130	3,069	9,434	0,092	4,000	74,31%
Práticas Ambientais (PA) $\bar{x}= 6,337$	PD5A	6,790	2,176	4,736	-0,181	6,750	32,05%
	PD6A	6,748	2,391	5,726	-0,758	7,500	35,44%
	PD7A	5,472	3,216	10,342	-0,225	5,250	58,76%

Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

Comparando-os com os trabalhadores não voluntários vinculados exclusivamente à iniciativa privada (Segundo Setor; Tabela 8), identifica-se que estes de fato apresentam a menor média entre todos os tipos de trabalhadores ($\bar{x}= 3,474$), mesmo comparando com os dados das Tabelas 2 (Voluntários do Terceiro Setor) e 5 (Não Voluntários Servidores Públicos). Há a predominância de práticas de baixa intensidade (abaixo de $\bar{x}=3,9$).

Na análise por dimensão, acompanhando o perfil encontrado nas demais amostras, as maiores médias estão nas práticas ambientais ($\bar{x}= 5,614$) e as piores médias nas práticas políticas ($\bar{x}= 1,964$). Os valores de todas as médias das dimensões (civil $\bar{x}= 3,760$; política $\bar{x}= 1,964$; social $\bar{x}= 3,111$ e ambiental $\bar{x}= 5,614$) estão abaixo dos encontrados no grupo dos voluntários (Tabela 2: civil $\bar{x}= 5,695$; política $\bar{x}= 3,553$; social $\bar{x}= 5,495$ e ambiental $\bar{x}= 6,781$) e dos não voluntários servidores públicos (Tabela 5: civil $\bar{x}= 3,845$; política $\bar{x}= 2,919$; social $\bar{x}= 3,961$ e ambiental $\bar{x}= 5,892$). Dentre os destaques, aponta-se PD6A ($\bar{x}= 6,257$), sobre consumo consciente, como o item com a maior média de desempenho cidadão dos trabalhadores da iniciativa privada e; PP1 ($\bar{x}=1,586$), ações de participação em mobilizações políticas, como a de menor média.

Os resultados expostos apontam para a necessidade de estratégias para aumentar a conscientização e o engajamento em práticas políticas, com ênfase na importância dessas ações para o fortalecimento da cidadania ativa, especialmente em um contexto em que as questões ambientais já estão sendo mais bem reconhecidas e incorporadas ao cotidiano dos trabalhadores da iniciativa privada.

Tabela 8*Estatística descritiva – Não Voluntários atuantes na iniciativa privada (Segundo Setor)*

Dimensões	Variáveis	Média	Desvio Padrão	Variância	Assimetria	Mediana	Coef. Variação
Não Voluntários Trabalhadores Privados (N=70); Práticas de Cidadania							$\bar{x}=3,474$
Práticas Cívicas (PC) $\bar{x}= 3,760$	PC2	2,086	2,883	8,311	1,133	0,000	138,22%
	PC3	4,486	3,698	13,674	0,186	4,000	82,43%
	PC4	5,271	3,318	11,012	-0,177	5,000	62,95%
	PD2C	3,314	3,412	11,639	0,665	2,500	102,94%
	PD9C	3,643	3,275	10,726	0,394	3,000	89,90%
Práticas Políticas (PP) $\bar{x}= 1,964$	PP1	1,586	2,721	7,406	1,647	0,000	171,61%
	PP2	1,957	2,710	7,346	1,314	5,000	138,48%
	PP4	1,786	2,802	7,852	1,414	0,000	156,92%
	PP5	2,529	3,179	10,108	1,000	5,000	125,73%
Práticas Sociais (PS) $\bar{x}= 3,111$	PS1	3,586	3,109	9,666	0,495	3,000	86,71%
	PS2	2,686	3,000	9,001	0,820	2,000	111,71%
	PS3	3,586	3,386	11,464	0,576	3,000	94,42%
	PS5	2,871	3,189	10,172	0,766	2,000	111,07%
	PS7	2,829	2,973	8,840	0,652	2,000	105,11%
Práticas Ambientais (PA) $\bar{x}= 5,614$	PD5A	5,886	3,048	9,291	-0,426	6,500	51,79%
	PD6A	6,257	2,603	6,773	-0,321	7,000	41,59%
	PD7A	4,700	3,028	9,170	0,096	5,000	64,43%

Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

Assim como nos resultados anteriores foi observado um elevado grau de variabilidade e dispersão, evidenciado que todos os grupos analisados apresentam comportamento volátil. A própria natureza do construto cidadania é multidimensional e variada, o que influencia esse comportamento.

Prosseguindo as análises, testa-se H3 (ver Tabela 9), no sentido de verificar se o desempenho nas práticas de cidadania entre os voluntários e não voluntários servidores públicos é diferente entre os não voluntários atuantes na iniciativa privada (Segundo Setor).

Tabela 9*Resumo de Teste de Hipótese (H3)*

Hipótese Nula	Teste	p-valor	Decisão
A distribuição de Cidadania é a mesma entre voluntários e não voluntários servidores públicos quanto entre os não voluntários atuantes na iniciativa privada.	Teste de kruskal-wallis de amostras independentes.	0,000*	Rejeitar a hipótese nula

* Nível de significância de 0,05

Fonte: Dados da Pesquisa (2024)



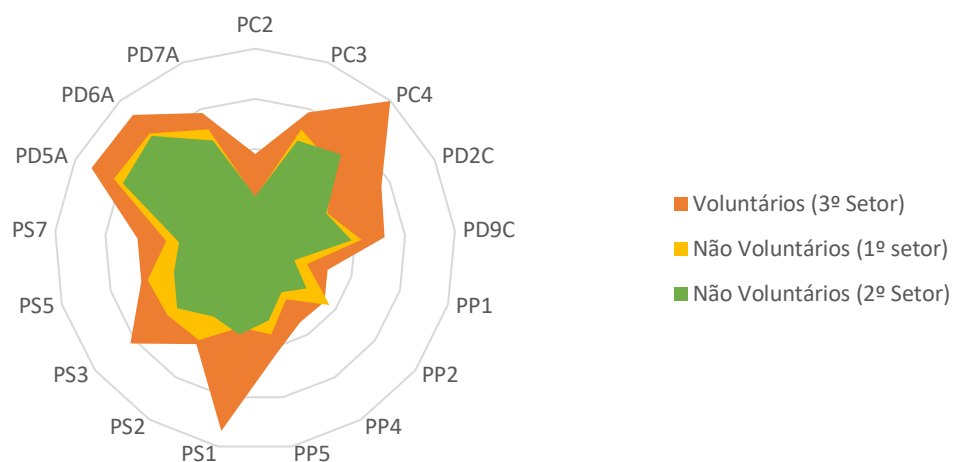
Conforme a Tabela 9, o resultado do teste de hipótese para H3 indica que o valor p apresenta significância estatística abaixo de 0,05 e, conseqüentemente, aceita-se a hipótese H3, encontrando diferenças no desempenho das práticas cidadãs dos grupos analisados. Lee (2012) constatou que os colaboradores de organizações sem fins lucrativos, bem como servidores públicos, quando comparados a funcionários de empresas com fins lucrativos, apresentam maior motivação por recompensas intrínsecas e coletivistas. Na iniciativa privada, alguns fatores podem inibir as práticas sociais e de voluntariado, além das diferenças nos aspectos motivacionais dos funcionários para o engajamento em ações dessa natureza. (Rotolo; Wilson, 2016).

As restrições de tempo, a falta de conscientização sobre oportunidades de voluntariado, as dificuldades financeiras e as preocupações com conflitos de interesses podem influenciar a baixa participação dos funcionários do setor privado em atividades sociais e coletivas. No entanto, Ribeiro (2018) salienta que a simples atuação no serviço público também não incentiva a prática de atividades sociais.

Comparando a média de todas as variáveis entre os três grupos de trabalhadores pode-se ilustrar na Figura 1, que demonstra a superioridade do desempenho das práticas de cidadania dos voluntários atrelados ao Terceiro Setor em detrimento dos demais. Esse padrão foi observado em todas as dimensões e em diversas variáveis, com destaque para Práticas Cívicas (PC4 e PC3), Práticas Sociais (PS1) e (PS3), e Práticas Ambientais (PD5A) e (PD6A).

Figura 1

Resultados sobrepostos das práticas de cidadania entre trabalhadores dos três setores



Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

Os não voluntários do setor público apresentaram desempenho inferior em relação aos voluntários em todas as dimensões, exceto em Práticas Políticas (PP2 – Fiscalização de ações e atores políticos). No entanto, superaram os trabalhadores do Segundo Setor nas dimensões Práticas Sociais (PS2 – Ações cidadãs por melhorias nos direitos trabalhistas, PS3 – Proteção de direitos humanos e PS5 – Denúncia de violação de serviços públicos de qualidade) e em Práticas Políticas (PP2). Esse resultado sugere que, apesar de um desempenho inferior, de

maneira geral, os não voluntários do Primeiro Setor demonstram algum nível de engajamento em áreas cruciais de defesa dos direitos sociais e da fiscalização política.

Por outro lado, os não voluntários do setor privado tiveram resultados inferiores em todas as dimensões, em comparação com os voluntários, mas se destacaram frente aos não voluntários servidores públicos nas dimensões Civil (PC4 – Associação de civis para resolução de problemas coletivos) e Social (PS1 – Participação em ações sociais de vulnerabilidade social). Indica uma maior preocupação dos trabalhadores do Segundo Setor com a resolução de problemas coletivos e o suporte a populações vulneráveis, refletindo um perfil mais voltado para ações sociais mais diretas e comunitárias.

Ao comparar o comportamento dos três grupos, observou-se um padrão hierárquico: as práticas ambientais apresentaram as maiores médias, seguidas das civis, sociais e políticas. É interessante visualizar como as práticas ambientais de cidadania, que refletem demandas novas da atualidade, já se firmam na rotina dos respondentes.

Apenas no grupo dos servidores públicos as práticas sociais superaram, em média, as práticas civis. E em todos os grupos, as práticas políticas foram as de pior desempenho, indicando desafios significativos em termos de engajamento, falta de motivação ou de estrutura para o envolvimento em ações políticas mais estruturadas. Esse resultado aparenta alinhamento com um padrão nacional. Segundo o TSE (2022), mesmo sendo compulsório, a participação civil nas votações brasileiras em 2022 atingiu um alto nível de absenteísmo – de 20,93%. Esse dado alerta para uma possível despreocupação dos brasileiros com o governo da sociedade. Talvez a corrupção, a percepção nem sempre correta de uma justiça ‘ineficiente’, o descrédito com as instituições e a ineficácia dos métodos de participação política influenciam esse baixo interesse por práticas de cidadania política. Para Hoskins e Mascherini (2009) e Bole e Gordon (2009) é importante as pessoas participarem de ações políticas que possam influenciar o governo das comunidades, e assim evitar que gestores e representantes públicos delineiem políticas públicas apenas com base em interesses individuais.

5 Considerações Finais

Esta pesquisa encontrou diferenças de desempenho nas práticas de cidadania desenvolvidas por trabalhadores vinculados aos três setores, quais sejam voluntários atrelados ao Terceiro Setor; não voluntários servidores públicos vinculados ao Primeiro Setor e; não voluntários trabalhadores da iniciativa privada (Segundo Setor). Constatou-se que os voluntários apresentam maiores médias e significativas diferenças em relação às práticas de cidadania dos demais trabalhadores, se sobressaindo em todas as dimensões da cidadania (civil, política, social e ambiental). Mesmo os trabalhadores que atuam em contextos de natureza próxima – os voluntários do Terceiro Setor e os servidores públicos não voluntários – apresentam diferenças significativas em relação ao desempenho cidadão. Acompanhando as expectativas teóricas, também foi possível confirmar que os trabalhadores do Segundo Setor são os mais afastados das práticas de cidadania.

Em síntese, os resultados evidenciaram a influência positiva do voluntariado no fortalecimento da cidadania, a nível individual, destacando sua relevância na promoção da participação ativa dos indivíduos em questões civis, sociais, políticas e ambientais. A superioridade de desempenho nas práticas cidadãs entre os servidores públicos, em comparação com os não voluntários do setor privado, sugere uma associação entre o envolvimento em atividades voluntárias e um maior comprometimento com o serviço público. Essa constatação fornece subsídios para a implementação de programas de incentivo voltados para esse grupo, por meio de flexibilidade de horários, oportunidades de capacitação, parcerias com



organizações externas e campanhas de sensibilização, visando aprimorar a contribuição dos servidores públicos para a sociedade.

Ademais, a disparidade no engajamento das práticas de cidadania entre os setores público e privado ressalta a importância da colaboração intersetorial para a promoção da cidadania, reforçando a ideia de que a sociedade é uma responsabilidade de todos e que o voluntariado acaba sendo uma alternativa estratégica a ser investida.

A pesquisa apresenta algumas limitações. Inicialmente, destaca-se o tamanho da amostra, composta por 164 participantes provenientes de oito estados, embora diversificada, predominantemente concentrada na Paraíba e com alta volatilidade de respostas. Sugere-se descentralizar geograficamente a amostra, de modo que os resultados possam se tornar mais generalizáveis. Portanto, estudos futuros podem se beneficiar de amostras mais abrangentes e geograficamente diversificadas, além de explorar metodologias alternativas para mitigar as restrições observadas neste estudo. Contudo, os resultados encontrados respaldam e contribuem para a gestão do voluntariado, seja ela em organizações da sociedade ou em entidades públicas e privadas que utilizam esse tipo de trabalho para gerar cidadania em suas localidades. A partir da confirmação da ligação do voluntariado e da cidadania, justifica-se a promoção de políticas de incentivo para essa atividade, reconhecendo o papel na construção de comunidades mais justas socialmente.

Ademais, os resultados podem incentivar estudos complementares que investiguem os mecanismos que levam ao maior desempenho cidadão entre voluntários e servidores públicos.

Em conclusão, é importante salientar que a intenção desta pesquisa não é eleger o voluntariado como único e exclusivo espaço para o fomento da cidadania, mas evidenciar que essa atividade vem impactando sim a formação de cidadania nas localidades.

Referências

- Amorim, A. F. A. (2018). *Semeando no voluntariado para colher cidadania: um estudo sobre motivações para o trabalho voluntário e atitudes cidadãs com voluntários da Saúde no Estado da Paraíba*. Dissertação (Mestrado em Administração) - PPGA, UFPB, João Pessoa.
- Andrade, D. M.; Castro, C. L. C. & Pereira, J. R. (2012). Cidadania ou “estadania” na gestão pública brasileira? *Revista de Administração Pública*, 46(1), p. 177-190.
- Ariete, I.C.L.D. (2022). *Voluntariado corporativo e sua aplicabilidade no serviço público*. Dissertação (Mestrado em Administração), Programa de Pós-Graduação em Administração, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande - Paraíba - Brasil.
- Avrtzer, L. (2010). *Sociedade civil e participação no Brasil democrático*. In: AVRITZER, L. (Org.). *Experiências nacionais de participação social*. Belo Horizonte: Cortez.
- Bauman Z. (2011). *A ética é possível num mundo de consumidores?* Rio de Janeiro: Zahar.
- Bezjak, S., & Klemenčič, E. (2014). Learning active citizenship through volunteering in compulsory basic education in Slovenia. *Traditiones*, 2014;43(3), 51-65.
- Bole, B. E., & Gordon, M. E. (2009). *Pluribus Unum: fostering a new era of citizenship by teaching civic engagement and healthy civic discourse*, J. Publ. Aff., 9, 273–287.



Brasil. *Lei nº 9.608*, de 18 de fevereiro de 1998. (1998). Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências.

Brasil. *Lei nº 9.790*, de 23 de março 1999. (1999) Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.

Brasil. (2014). *Lei nº 13.019, de 31 de Julho de 2014*. Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC.

Brasil. *Decreto nº 9.991*, de 28 de agosto de 2019. (2019a). Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento. 2019.

Caldas, P.T. (2020). *Relações entre Voluntariado e Cidadania à luz das Motivações*. Tese (Doutorado em Administração). Universidade Federal da Paraíba.

Caldas, P.T. & Cavalcante, C.E. (2023). Praticando a cidadania: criação e validação de uma escala de mensuração. *Cadernos EBAPE.BR*, 21(4), e2022–0132. <https://doi.org/10.1590/1679-395120220132>

Caldas, P. T., & Cavalcante, C. E. (2025). “Pequenas ações, grandes resultados”: relações entre voluntariado e cidadania. *Cadernos Metrópole*, 27(63), e6368172. <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2025-6368172-pt>

Carballal, L.B. (2009) O voluntariado: entre a cidadania e a ideologia. *Revista Katálisis*, 12(2), p. 235-240.

Carvalho, J. M. (2016) *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Cavalcante, C. E. (2016). Motivação de voluntários: teoria e prática. Curitiba: Appris.

Dagnino, E. (2006). Meanings of citizenship in Latin America. *Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies*, v. 31, n. 62, p. 15–51.

De Bie, M., & Roose, R. (2016). Voluntarism and Citizenship: A Response to Lena Dominelli. *Foundations of Science*, 21, 399-403.

Dominelli, L. (2016). Cidadania e voluntarismo: uma combinação significativa ou a base para relações de exploração?. *Fundamentos da Ciência*, 21 (2), 385-397.

Ferraz, T.V., Caldas, P.T., Cavalcante, C.E. (2021). Volunteering and Citizenship: First Empirical Evidences of the Positive Impact in Brazil. *BASE-Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos*, 18(2):159-193.

Ferraz, T. V., Cavalcante, C. E., Mendonça, J. R. C. de, Caldas, P. T. (2024) Explorando os Impactos da Motivação Voluntária na Cidadania Segundo a Teoria de Marshall. *Revista Gestão e Planejamento*, 25: 81-98. <https://revistas.unifacs.br/index.php/rgb>



- Fialho Botelho, L. H., & Costa, T. de M. T. da. (2025). Quais capitais brasileiras promovem maior bem-estar social? *Gestão & Regionalidade*, 41, e20258766. <https://doi.org/10.13037/gr.vol41.e20258766>
- Flanagan, C.A., Bowes, J.M., Jonsson, B., Csapó, B. (2020). Ties that Bind: Correlates of Adolescents' Civic Commitments in Seven Countries. In: *Experiencing Social Research*. Routledge, p. 303-322.
- Guarinello, N. L. (2016). Cidades-estado na Antiguidade Clássica. In: PINSKY, J.; PINSKY C.B. *História da Cidadania*. São Paulo: Contexto. p. 29–48.
- Hoskins, B. L., & MASCHERINI, M. (2009) Measuring active citizenship through the development of a composite indicator. *Social Indicators Research*, 90(3), p. 459–488.
- Ianni, A. M. Z., Costa, M. I. S., Travagin, L. B., & Serra, I. L. (2022). Individualização e trabalho no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil. *Saúde Em Debate*, 46(134), 857–869. <https://doi.org/10.1590/0103-1104202213419>
- IPEA (2018). *Perfil das organizações da sociedade civil no Brasil*. Brasília: Ipea.
- Koolen-Maas SA, Meijs LCPM, Van Overbeeke PS, & Brudney JL. (2023). Repensando o Voluntariado como um Recurso Natural: uma tipologia conceitual. *Trimestral do Setor Não-Obtário e Voluntário*, 52(1_supl), 353S-377S.
- Lee, Y. (2012). Behavioral implications of public service motivation: Volunteering by public and nonprofit employees. *American Review of Public Administration*, 42(1), 104-121.
- Marshall, T.H. (1967). *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- Nacacche, S.M.L., Carmo, K.A., Souza, F.P. (2021). Pesquisa Voluntariado no Brasil 2021. São Paulo: DataFolha, IDIS.
- Pais, J. M. (2005). *Jovens e cidadania*. Sociologia, problemas e práticas, n. 49, p. 53-70.
- Parejo, J.C.B., Martins, G.D., Pacheco, V., Panhoca, L. (2021). Tercer sector, de las primeras huellas a la rendición de cuentas: casos Brasil y Venezuela. *Gestão & Conexões*, v. 10, n. 3, p. 80-102.
- Pires, L. F. R. (2025). Pode a base nacional comum curricular contribuir para a educação para a cidadania? *Educação em Revista*, 41, e56416. <https://doi.org/10.1590/0102-469856416>
- Portal G1. (2024). Maior desastre climático do Rio Grande do Sul em imagens. <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/05/29/fotos-cheias-no-rio-grande-do-sul.ghtml>
- Ribeiro, D.Y. (2018). *O voluntariado e o servidor público: o caso dos técnico-administrativos em educação da Universidade Federal do Vale do São Francisco*. Dissertação de mestrado, Juazeiro, BA.



Rodell, J. B., J. E. Booth, J. W. Lynch & Zipay, K.P. (2017). ‘Corporate volunteering climate: mobilizing employee passion for societal causes and inspiring future charitable action’, *Academy of Management Journal*, 60, pp. 1662–1681.

Rosa, G. G., Lima, N. W., & Calvacanti, C. J. D. H. (2023). De que cidadania estamos falando? Uma revisão de literatura das pesquisas em educação em ciências com perspectiva de formação para cidadania. *Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências (Belo Horizonte)*, 25, e45653. <https://doi.org/10.1590/1983-21172022240158> Rotolo, T. & Wilson, J. (2016). State-Level Differences in Volunteerism in the United States: Research Based on Demographic, Institutional, and Cultural Macrolevel Theories. *Arnova*, Volume 41 Issue 3.

Tribunal Superior Eleitoral – TSE. Portal do TSE. Estatísticas. Comparecimento/abstenção. Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-comp-abst/home?session=100321292332268>.

Sennet, R. (2009). *A Corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record.

Silva Filho, C. F. da, Oliveira, I. T., Conti, D. de M., & Castaneda Ayarza, J. A. (2025). Ações de responsabilidade social corporativa em tempos de pandemia. *Gestão & Regionalidade*, 41, e20258764. <https://doi.org/10.13037/gr.vol41.e20258764>

Voluntários ONU. Informe sobre el estado del voluntariado em el mundo 2022: crear sociedades igualitárias e inclusivas. Bonn: VNU, 2021. Disponível em: https://swvr2022.unv.org/wp-content/uploads/2022/04/UNV_SWVR-2022_ES.pdf

